PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

APRESENTAÇÃO

PRINCIPAIS AÇÕES

DESAFIOS

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXOS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

UG 050001
ABRIL DE 2022

I - APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. O STJ é responsável também pela administração da Justiça Federal, por meio do Conselho da Justiça Federal. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao tribunal.

Destaca-se que o STJ tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por esta Corte.

A contabilidade pública na Corte é resultado dos atos e fatos administrativos exercidos pelo Ordenador de Despesas, pela área de execução orçamentária e financeira e área de gestão patrimonial e almoxarifado. De outra forma, a Seção de Conformidade e Orientação Contábil - SECOC, de acordo com o Manual de Organização desta Corte, compõe a estrutura da Secretaria de Administração e, conforme o item 10.4, exerce as atribuições de Setorial Contábil de Órgão Superior neste Tribunal.

A verificação documental em processos de pagamentos que dão suporte aos lançamentos contábeis é realizada, no âmbito da unidade gestora 050001, pela Secretaria de Orçamento e Finanças deste Órgão, designada especificamente para a realização da conformidade dos registros de gestão em observância ao princípio da segregação de função.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Essas atividades, dentre outras, incluem:

1. analisar e avaliar a consistência das Demonstrações Contábeis dos órgãos e das entidades vinculadas, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
2. recomendar os ajustes contábeis quando necessários à integralidade e à tempestividade da informação contábil;
3. acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as áreas administrativas sobre procedimentos contábeis e aplicação de normas para o registro fidedigno dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em consonância com as diretrizes dos órgãos superiores do sistema de contabilidade;
4. apoiar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de contabilidade, no avanço e no aperfeiçoamento das rotinas e dos procedimentos contábeis;
5. conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis e com o almoxarifado do STJ;
6. registrar da conformidade contábil e publicar as demonstrações contábeis;

7. executar atividades relacionadas ao encerramento do exercício, de acordo com a normatização publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e recomendações do Tribunal de Contas da União.

8. A gestão de custos, nos termos da NCB TSP 11 e NBC T16.11, é informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças desta Corte na seção "Resultados da Gestão" inserida no Relatório de Gestão do Exercício de 2021.

O resultado das análises das demonstrações financeiras e demais relatórios do SIAFI é evidenciado na conformidade contábil mensal realizada por esta Setorial Contábil e pelo contador responsável do STJ, de acordo com os procedimentos descritos no Manual do SIAFI e a Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil, cujos relatórios mensais podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ - https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/ .

II - PRINCIPAIS AÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade e, para isso:

1. Analisa integralmente as folhas de pagamento de pessoal tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% por cento dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária e que são destinados a este Órgão;
2. Acompanha mensalmente os registros contábeis da gestão patrimonial do STJ por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. Capacita comissões na realização de avaliação de bens a serem executadas no presente exercício;
4. Executa a conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis sob gerencia deste órgão;
5. Verifica a execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
6. Elabora orientações contábeis com resultado em análise dos demonstrativos do SIAFI, em especial a rotina SIAFI "auditores contábeis";
7. Acompanha os restos a pagar, visando à redução do estoque com a finalidade de minimizar os impactos no limite financeiro imposto pelos normativos federais relacionados a esta matéria.

III - DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;
2. Garantir a correta contabilização de todos os fatos e atos orçamentários, financeiro e patrimonial desta Corte, por meio da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Fornecer à administração informações atualizadas e exatas de sua competência para subsidiar a tomada de decisões;

4. Especializar-se como unidade de assessoramento no campo da contabilidade pública;
5. Subsidiar o STJ na transparência pública dos atos e fatos de sua gestão, no que diz respeito aos aspectos contábeis;
6. Aperfeiçoar a comunicação com as unidades gestoras internas para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
7. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, controle interno, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco a aplicação correta das normas federais correlatas à matéria;
8. Emitir Notas Explicativas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada, ou seja, associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa, visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações.

IV - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do STJ são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no SIAFI. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras desta Corte, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Desta forma, são compostas pelos (as):
1) Balanço Patrimonial (BP);
2) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3) Balanço Orçamentário (BO);
4) Balanço Financeiro (BF) e;
5) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Ressalta-se que o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) não compõe as Demonstrações Contábeis em questão, pois, conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), sua publicação é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não se enquadra como tal, a DMPL não será apresentada.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), partes integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

Para garantia da confiabilidade das demonstrações contábeis, são executados controles e verificações regulares com escopos específicos, abrangendo os lançamentos e procedimentos contábeis considerados relevantes e de maior risco de comprometimento das informações. Adotam-se, assim, padrões compatíveis com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas da União.

As Demonstrações Contábeis da UG – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça - a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 30 de abril de 2022.**

IV – 1) BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2022 em relação a dezembro de 2021. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte.

ATIVO	NE	ABR22 (R$)	DEZ21 (R$)
ATIVO CIRCULANTE		513.090.406,92	397.016.193,25
Caixa e Equivalente de Caixa	01	487.095.204,00	373.294.689,09
Créditos de Curto Prazo	02	21.934.383,49	20.533.856,75
Demais Créditos e Valores - Curto Prazo	02	21.934.383,49	20.533.856,75
Estoques	03	4.034.734,26	3.155.526,34
VPDs Pagas Antecipadamente.		26.085,17	32.121,07
ATIVO NÃO CIRCULANTE		527.768.354,73	431.449.332,36
Ativo Realizável a Longo Prazo (LP)		128.975,52	139.614,15
Demais Créditos e Valores a LP	02	679.815,04	776.256,32
(-) Ajustes Perdas em Cred a LP	02	-550.839,52	-636.642,17
Imobilizado	04	480.155.723,37	385.391.274,45
Bens Móveis		63.335.567,09	65.355.398,76
Bens Móveis		92.355.825,52	88.969.495,96
(-) Depreciação		-29.020.258,43	-23.614.097,20
Bens Imóveis		416.820.156,28	320.035.875,69
Bens Imóveis		417.195.992,68	320.401.378,08
(-) Depreciação		-375.836,40	-365.502,39
Intangível	05	47.483.655,84	45.918.443,76
TOTAL		**1.040.858.761,65**	**828.465.525,61**

PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO	NE	ABR22 (R$)	DEZ21 (R$)
PASSIVO CIRCULANTE		191.026.968,92	185.322.259,11
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06	56.678.414,95	56.915.299,35
Fornec. e Contas a Pagar – CP		7.881.375,00	1.211.407,48
Obrig. Fiscais a Curto Prazo		-	-
Provisões a Curto Prazo	06	41.512.479,83	41.956.844,30
Demais Obrigações a CP		84.954.699,14	85.238.707,98
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.542,35	33.542,35
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		-	-
Provisões a Longo Prazo	07	33.542,35	33.542,35
PATRIMÔNIO LIQUIDO		849.798.250,38	643.109.724,15
Demais Reservas		17.540,58	1.565,58
Resultado Acumulados		849.780.709,80	643.108.158,57
Resultado do Exercício		229.127.897,07	38.115.228,34
Result. de Exerc. Anteriores		643.108.158,57	576.922.359,13
Ajustes de Exerc. Anteriores		-22.455.345,84	28.070.571,10
TOTAL		**1.040.858.761,65**	**828.465.525,61**

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	NE	ABR22 (R$)	DEZ21 (R$)
1.SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		1.040.858.761,65	828.465.525,61
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		(1.051.083.033,12)	(227.316.744,20)
TOTAL	**08**	(10.224.271,47)	601.148.781,41
2 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias/Contrag. Rec.a Exec		20.726.718,11	22.049.669,60
Dir.Conv/Instr/Cong. a Rec.		-	-
TOTAL	**09**	20.726.718,11	22.049.669,60
3 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Exec. dos Atos Potenciais		387.108.484,40	360.639.613,77
Ob. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		4.103.423,76	2.816.410,72
Obrig. Contratuais a Exec.		383.005.060,64	357.823.203,05
TOTAL	**10**	387.108.484,40	360.639.613,77
4.DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos			SUPERÁVIT
Recursos Ordinários			-397.350.315,27
Recursos Vinculados			-69.546.440,70
TOTAL			-466.896.755,97

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real e os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central - BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original e suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculados por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União - TCU.

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, tendo seu

saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No Balanço Patrimonial, os registros das TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio e cuja atualização monetária e incidência de juros de mora é calculado pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União. Os créditos inferiores a R$ 1.000,00 (hum mil reais) não são inscritos em dívida ativa, conforme comandos da Portaria/MF nº 75/2012. Após 05 (cinco) atualizando e não alcançando o valor mínimo de inscrição, os referidos créditos são baixados em contas de ajustes de perdas.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, redução ao valor recuperável e/ou reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais de imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) fornecidas pelo Governo do Distrito Federal.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais desta Corte é executado por sistema informatizado próprio, ora denominado Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, dentre outras rotinas.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

DEPRECIAÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsoletismo e a utilidade desse bem à instituição. Constam na Instrução Normativa STJ/GP n. 20 de 22 de novembro de 2019 as metodologias de cálculos da depreciação e avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis desta Corte (https://transparencia.stj.jus.br/patrimonio-e-obras/avaliacao-e-depreciacao-de-bens/).

DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes.

DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014). A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações. Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional/STN c/c o Acórdão TCU nº 1331/2019 registraram-se contabilmente as obrigações de precatórios e RPV nos passivos dos órgãos devedores originários sensibilizando nesta Corte apenas contas de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019. Reconheceram-se as despesas cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas os procedimentos da liquidação da despesa ainda não tenham sido concluídos, por meio de registros de provisão para pagamento de Restos a Pagar não Processados (RPNP) nas contas de passivos “outras provisões de curto prazo”.

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD) com os superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior, mas ainda não liquidados no exercício corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas "Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF" e "Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento". A primeira registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, sendo suas rentabilidades acompanhadas até o fim do exercício passado por meio do Processo STJ nº 4038/2021 e sem processo para acompanhamento em 2022 até a presente data. Já a segunda conta, indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão distribuídos por fontes conforme 'Anexo I'. As fontes 100, 127, 144, 150, 151 e 169 equivalem a cerca de 99,6% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida.

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito desta corte em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal sendo seu acompanhamento realizado via processo STJ n. 6442/2015. São monitorados ainda os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos Execução Descentralizada - TEDs". Consta da tabela a seguir os saldos dos referidos créditos, estando as TEDs detalhadas no Anexo VI. A redução observada em "Créditos a Receber por Cessão de Pessoal" se deve basicamente a redução dos valores que esta Corte tem a receber da Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal (R$ 124.482,39 para R$ 93.238,06), do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (R$ 109.343,41 para 78.452,47) e da Empresa de Pesquisa Energética – EPE (R$ 26.627,31 para R$ 2.142,26) na comparação entre o fim do exercício passado e o final do mês de **abril** deste exercício. Destaca-se que no mês ora em análise foi registrado no sistema SIAFI, conta contábil 11341.01.04, o crédito administrativo a receber por dolo, má-fé ou fraude devido por Denise Torres de Melo, CPF 835.901.377-20, decorrente de recebimento indevido, no período entre 13/10/1999 e 31/5/2016, de aposentadoria de direito da ex-servidora Marília Vasconcellos Torres de Melo, falecida desde 13/10/1999.

CONTAS	ABR/22 (R$)	DEZ/21(R$)	AH(%)
Créditos a Receber p/ Danos ao Patrim.-Folha de Pgto	588.429,02	682.908,72	-13,83%
Créd. a Receber por Danos ao Patrimônio – Terceiros	113.294,93	113.294,93	0,00%
Créditos a Receber p/ Dolo, Má-fé ou Fraude	6.685.502,31	0,00	-
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	175.253,17	261.873,49	-33,08%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	1.232.312,04	1.191.456,71	3,43%
TOTAL	2.109.289,16	2.249.533,85	-6,23%

O ajuste para eventuais perdas dos créditos por danos ao patrimônio leva em consideração os dados apresentados na tabela abaixo, calculados em consonância com a Macrofunção nº 020342, tendo como base o histórico de seus recebimentos. Eventuais ajustes são lançados no Sistema SIAFI na Conta Contábil 12121.99.01 e atualmente apresenta o saldo de R$ 641.894,95.

Memória de Cálculo (Contas 113410101; 113410102, 121210401 e 121210402)

	2019		2020		2021	
Cred Adm Danos ao Patrimônio (A)	R$	691.973,32	R$	775.461,25	R$	796.203,65
Baixas Diversas* (B)	R$	870,98	R$	12.327,43	R$	12.389,27
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)		**0,13%**		**1,59%**		**1,56%**
Créd. Adm – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	R$	691.102,34	R$	763.133,82	R$	783.814,38
Créditos Administrativos Recebidos (E)	R$	-	R$	-	R$	-
% recebido = (E) / (D)		**0,00%**		**0,00%**		**0,00%**

*Valores baixados ou por inscrição em dívida ativa ou por impossibilidade de recebimento após autorização do Diretor-Geral.
Média percentual de Recebimento dos Créditos Administrativos no período de 2019 a 2021 = 0%
Média percentual de Baixa por Inscrição em Dívida Ativa ou Impossibilidade de Recebimento no período de 2019 a 2021 = 1,09%

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado - RMA, ao final de **abril** deste exercício, apresenta um saldo acumulado de entradas de material de R$ 2.549.125,14, saídas de R$ 1.669.917,22 e saldo final de estoque no montante de R$ 4.034.734,26. As aquisições mais relevantes até a presente data (considerando variação percentual e/ou monetária) em relação ao saldo final do exercício anterior são: "Material Elétrico e Eletrônico" (68,82%) e "Material de Proteção e Segurança" (372,76%), sendo as maiores compras nos valores de R$ 873.459,92 e R$ 11.420,00 respectivamente, ambas constantes do Processo STJ 29494/2021 e referente ao fornecimento de material para sistema de detecção e alarme de incêndio. Observou-se aumento de 27,86% entre o saldo final do almoxarifado em **abril** de 2022 e aquele do encerramento de 2021, estando tais informações detalhadas no Anexo II. Eventuais divergências entre valores registrados no SIAFI e aqueles apresentados no RMA estão justificadas no processo STJ nº 690/2022.

NOTA 04 – IMOBILIZADO

O saldo atual deste grupo é de R$ 480.155.723,37 sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis.

- **BENS MÓVEIS**

O valor total correspondente ao registro de bens móveis no Sistema SIAFI ao final deste mês é de R$ 92.355.825,52. No RMB, os valores encontram-se distribuídos da seguinte forma :**1)** R$ 3.365.565,40 – entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações; **2)** R$ 56.100,55 - doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável e; **3)** R$ 88.147.064,67 representando o saldo final. A diferença observada entre o referido relatório e o sistema SIAFI, de R$ 4.208.760,85, justifica-se pelo fato de o sistema de gestão patrimonial do STJ, o Administra, não efetuar registros parciais de execução de contratos e também pelas aquisições de Material de Uso Duradouro (Conta 12311.99.10) serem controladas no RMA, e não no RMB.

Comparando o saldo de encerramento do exercício anterior com o atual, observa-se acréscimo de aproximadamente 3,9% no acervo patrimonial desta Corte. Demais divergências no RMB são justificadas no processo STJ nº 690/2022, constando do Anexo III a relação detalhada de cada grupo de bens móveis e suas respectivas variações. As informações relacionadas com bens em processo de localização, sob responsabilidade de terceiros, cedidos a outros órgãos e cessão de espaço de uso estão relacionados no Anexo IV.

- **BENS IMÓVEIS**

Os "Bens Imóveis de Uso Especial" estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis sob gerência desta Corte estando todos localizados em Brasília. O saldo atual dos referidos bens, deduzido da depreciação acumulada de R$ 375.836,40, consta do SIAFI e perfaz a monta de R$ 416.820.156,28, tendo sido esse montante atualizado em 06/01/2022 com base na Lei GDF nº 7.044, de 29/12/2021, publicada no DODF Nº. 244 de 30/12/2021, no percentual de 10,42%.

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa os softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por este órgão cujo saldo no SIAFI até a presente data é de R$ 47.483.655,84. Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2021, constata-se um aumento aproximado de 3,41%. A amortização acumulada do período é de R$ 230.003,92.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO

Em atenção à orientação da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, em seu comunica nº 2021/0019510, datado de 05.01.2021, e Acórdão TCU nº 1331/2019 (Processo STJ nº 72/2021), houve alteração dos critérios contábeis relativos aos débitos judiciais de precatórios e RPVs. Desde 2021, os débitos dessa natureza, apropriados no exercício anterior, são registrados nos passivos dos órgãos devedores, sensibilizando nos demonstrativos contábeis desta Corte apenas a conta de controle 89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário).

A Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial – CEJU/STJ, em resposta às recomendações do TCU em Acórdão nº 1331/2020, seção 5.3.1.7 item 1.12 (processo STJ n. 00072/2021), informou que "as contas de precatórios expedidos pelo STJ não são canceladas por força da Lei. N. 13.463/2017". Consta do Anexo VII a relação de passivos de precatórios registrados entre 02/07 a 31.12.2021 e àqueles registrados em decorrência da LOA 2022.

- PROVISÕES A CURTO PRAZO

Registrou-se no encerramento do exercício anterior o total de R$ 41.956.844,30 distribuído entre as contas de provisão 21791.01.00 (Provisão para Indenizações Trabalhistas) 21791.05.00 (Provisão para Serviços de Terceiros), 21791.99.00 (Outras Provisões – Curto Prazo) e 21792.99.00 (Outras Provisões – Curto Prazo – Intraorçamentária) para viabilizar o reconhecimento de despesas diversas (VPD's) cujo fato gerador ocorreu no exercício passado mas sua efetiva liquidação e pagamento se dará apenas neste ano, por intermédio de empenhos inscritos em restos a pagar. Destaca-se que o saldo atual é de R$ 41.512.479,83.

- DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

O Saldo de R$ 80.610.919,76 registrado na conta 218911300 (Precatórios de Terceiros) decorre de: inscrição de R$ 70.438.247,72 em restos a pagar processados (RPP), pendente de pagamento devido a sobrestamento judicial ainda não deliberado; e R$ 10.172.672,04 ao reforço da nota de empenho

2021NE000934 no dia 28/12/2021, sendo esta nota de empenho emitida também para cobrir despesas com precatórios.

NOTA 07 - PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Em conformidade com as normas de encerramento de exercício, tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das despesas de pessoal relacionadas no processo STJ nº 29.940/2015, constituíram-se provisões para perdas administrativas no total de R$ 33.542,35 sendo assim distribuídas: **1)** R$ 13.579,23 (CPF: 549.151.987-15) e **2)** R$ 19.963,12 (CPF: 660.522.209-10).

NOTA 08 – SALDO PATRIMONIAL

O saldo deficitário de R$ 10.224.271,47 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em restos a pagar, até a presente data, é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações, o que será devidamente equalizado a medida que este Órgão receber todas as cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual - LOA.

NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição deste Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. Consta do Sistema SIAFI, ao final do mês ora em análise, o saldo de R$ 20.726.718,11, sendo assim distribuídos: R$ 20.304.355,79 (97,96%) – Seguros Garantias; R$ 331.714,17 (1,6%) – Fianças; e R$ 90.648,15 (0,44%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos, no valor total de R$ 387.108.484,40, estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

O total registrado dos TEDs é de R$ 8.305.292,26. O montante de recursos repassados foi de R$ 4.201.868,50. Repasses comprovados até o momento perfazem a monta de R$ 2.969.556,46. Já o total a repassar é de R$ 4.103.423,76, informações estas detalhadas no Anexo VI.

As obrigações contratuais **em execução** atualmente alcançam o volume de R$ 383.005.060,64 assim distribuídos: **a)** R$ 366.111.224,17 – Serviços; **b)** R$ 389.065,14 - Aluguéis; **c)** R$ 16.460.887,03 - Fornecimento de Bens; e **d)** R$ 43.884,30 - Seguros. Observa-se que os compromissos contratuais relacionados com serviços representam aproximadamente 95,59% do total das obrigações assumidas pelo STJ nessa categoria.

IV – 2) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇOES PATRIMONIAIS

Evidenciam as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2022 (R$)	2021 (R$)
Taxas		14.967.944,02	15.142.466,88
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		307.671,27	359.959,37
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		544,53	0,41
Transferências e Delegações Recebidas		695.145.693,03	640.409.388,63
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	2.242.256,35
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		97.742.182,02	9.289.497,11
Reavaliação de Ativos		96.783.064,60	9.009.788,09
Ganhos com Incorporação de Ativos		514.752,95	279.709,02
Ganhos com Desincorporação de Passivos		444.364,47	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		7.556.908,27	931.493,90
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		91.055,43	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		7.465.852,84	931.493,90
TOTAL	**11**	815.720.943,14	666.132.806,30

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	N.E	2022 (R$)	2021 (R$)
Pessoal e Encargos		294.699.147,70	321.461.389,40
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		136.516.814,65	127.076.603,63
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		75.827.390,48	72.656.988,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		309,54	-
Transferências e Delegações Concedidas		72.978.145,72	92.764.508,30
Transferências Intragovernamentais		72.978.145,72	90.522.455,95
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	2.242.052,35
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		4.829.097,89	1.167.697,82
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		5.252,78	669.724,21
Perdas Involuntárias		-	43.183,12
Incorporação de Passivos		3.433.473,52	-
Desincorporação de Ativos		1.390.371,59	454.790,49
Tributárias		31.889,65	117.857,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		13.266,48	26.727,08
Contribuições		18.623,17	91.130,84
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.710.250,44	1.812.006,65

TOTAL	**12**	586.593.046,07	617.057.052,48
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**13**	**229.127.897,07**	**49.075.753,82**

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas por este Órgão provocaram alterações no patrimônio desta Corte, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos no STJ e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI "Taxa pela Prestação de Serviços" deste Órgão, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos entre outros).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN geralmente nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual os pagamentos de ajuda de custos e auxílio moradia compõem a quase totalidade de seu saldo.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/ Déficit do

Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

.	ABR22 (R$)	ABR21 (R$)	AH (%)
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	815.720.943,14	666.132.806,30	22,46%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.967.944,02	15.142.466,88	-1,15%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	307.671,27	359.959,37	-14,53%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	544,53	0,41	132712,20%
Transferências e Delegações Recebidas	695.145.693,03	640.409.388,63	8,55%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	2.242.256,35	-100,00%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	97.742.182,02	9.289.497,11	952,18%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.556.908,27	931.493,90	711,27%

Alta variação percentual em 'Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos' se deu em virtude da reavaliação atípica pelo GDF dos Edifícios Sede STJ e Clube Social (ver 2022NL800001 a 2022NL800007) no valor total de R$ 96.783.064,60, conforme se observa no razão da conta 46111.02.00 e na 'Nota 04' acima. Já a variação em 'Outras Transferências e Delegações Recebidas' decorre da transferência de um galpão, situado na SGO Quadra 04, efetuada pela Superintendência do Patrimônio da União – SPU (UG 170021) para este STJ, sendo tal bem avaliado em R$ 2.242.052,35, conforme se pode observar em consulta ao razão da Conta 45912.01.00 (Doações/Transferências Recebidas) no mês de janeiro do ano anterior e também no Sistema SPIUnet, RIP 9701 23707.500-0. Destaca-se que esse lançamento foi retificado pela SPU, vide razão da Conta 35912.01.00 (Doações/Transferências Concedidas), ainda no mês de janeiro/2021 (2021NL800009 e 2021NL800010), ocasionando uma grande diferença também nas Variações Patrimoniais Diminutivas, Item 'Outras Transferências e Delegações Concedidas', vide quadro abaixo. Quanto à grande variação no item 'Outras Variações Patrimoniais Aumentativas', a mesma decorre do registro de crédito administrativo a receber por dolo, má-fé ou fraude na conta contábil 11341.01.04 conforme explicado acima na 'Nota 02'.

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	ABR22 (R$)	ABR21 (R$)	AH (%)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	586.593.046,07	617.057.052,48	-4,94%
Pessoal e Encargos Sociais	294.699.147,70	321.461.389,40	-8,33%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	136.516.814,65	127.076.603,63	7,43%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	75.827.390,48	72.656.988,76	4,36%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	309,54	0,00	100,00%
Transferências e Delegações Concedidas	72.978.145,72	92.764.508,30	-21,33%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	2.242.052,35	-100,00%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.829.097,89	1.167.697,82	313,56%
Tributárias	31.889,65	117.857,92	-72,94%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.710.250,44	1.812.006,65	-5,62%

Os itens “Pessoal e Encargos Sociais” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” representam 79,4% da totalidade das VPDs. Isso se deve ao fato de que o Poder Judiciário tem seu orçamento voltado exclusivamente para prestação de serviço jurisdicional e funcionamento de sua própria máquina, tendo como despesa principal a folha de pagamento de pessoal que consome cerca de 80% de todo o orçamento no decorrer do ano. A título de comparação, o Poder Executivo tem muitos órgãos cujo orçamento é de 20 a 30 vezes maior que o do STJ e em sua maioria é utilizado para custear inúmeras obras e programa sociais. A alta variação monetária em “Outras Transferências e Delegações Concedidas” se deve primordialmente ao fato de que o STJ, em 2021, devolveu para a STN uma sobra de recursos (no valor total de R$ 63.231.626,45) maior que no exercício corrente, cuja monta devolvida perfez o valor de R$ 35.977.392,48, vide conta 35112.08.01 (Cota Devolvida). A alta variação percentual em “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” decorre basicamente da incorporação de passivos para pagamento de RPVs no valor total de R$ 3.433.473,52 com a transferência do passivo do órgão de origem (real devedor) para os demonstrativos deste STJ (responsável pelo pagamento). Tal fato ocorreu em fevereiro e março deste exercício, conforme se pode observar no razão da conta 36412.01.00 (Incorporação de Passivos), mas não até o fim do mês de março de 2021.

NOTA 13 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

Considerável diferença monetária decorre basicamente de dois fatos: um maior volume de transferências e delegações recebidas na comparação entre **abril** de 2021 (R$ 640.409.388,63) e **abril** de 2022 (R$ 695.145.693,03); e de uma grande diferença entre a reavaliação de bens imóveis em 2021, no valor total de R$ 9.009.788,09, tendo como base a pauta de valores do IPTU da Lei GDF nº 6.762, de 22 de dezembro de 2020, que definiu um percentual de 2,94%, e a feita em 2022, que perfez a monta de R$ 96.783.064,60, consoante pauta de valores do IPTU prevista na Lei GDF nº 7.044, de 29/12/2021, que indicou o percentual de 10,42%. Tais acontecimentos fizeram com que o resultado patrimonial no até março de 2022 seja discrepante em comparação com o apurado até março do exercício anterior.

IV – 3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Apresenta o demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidenciam, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R$)

RECEITAS	NE	PREV. INC.(a)	PREV. ATUALIZ.(b)	RECEITAS REALIZ.(c)	SALDO (d)=(c-b)
Receitas Correntes	**14**	387.857,00	387.857,00	10.607.218,32	10.219.361,32
Receitas Tributárias		-	-	10.477.560,91	10.477.560,91
Receitas de Serviços		11.339,00	11.339,00	3.944,12	-7.394,88
Outras Receitas Correntes		376.518,00	376.518,00	125.713,29	-250.804,71
Subtotal com Financ.		387.857,00	387.857,00	10.607.218,32	10.219.361,32
Déficit	**15**	-	-	**1.334.896.612,88**	**1.334.896.612,88**
TOTAL		387.857,00	387.857,00	1.345.503.831,20	1.345.115.974,20

DESPESAS	NE	DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMP	DESP LIQ	DESP PAGAS	SD DA DOT.
Desp. Corrente		1.733.806.577,00	1.733.806.577,00	1.337.249.647,04	486.526.514,22	485.130.719,54	396.556.929,96
Pes/Enc. Sociais		1.243.551.665,00	1.243.551.665,00	1.042.536.105,88	427.127.673,99	427.081.784,96	201.015.559,12
Out. Desp. Corr.		490.254.912,00	490.254.912,00	294.713.541,16	59.398.840,23	58.048.934,58	195.541.370,84
Desp de Capital		75.492.025,00	75.492.025,00	8.254.184,16	2.497.822,07	2.497.822,07	67.237.840,84
Res. de Conting.		-	-	-	-	-	-
TOTAL	**16**	1.809.298.602,00	1.809.298.602,00	1.345.503.831,20	489.024.336,29	487.628.541,61	463.794.770,80

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R$)

NÃO PROCESSADOS	NE	INSC EX.. ANT (A)	INSC 31.12.21 (B)	LIQUID. (C)	PAGOS (D)	CANC. (E)	SD (F=A+B-D-E)
Despesas. Correntes		1.210.045,85	36.218.924,95	28.081.462,65	27.677.087,77	91.385,12	9.660.497,91
Pes/Enc. Sociais		265.396,00	-	245.372,00	245.372,00	-	20.024,00
Out. Desp. Correntes		944.649,85	36.218.924,95	27.836.090,65	27.431.715,77	91.385,12	9.640.473,91
Despesas de Capital		-	4.531.971,94	3.071.413,43	3.069.660,14	498.523,57	963.788,23
Investimentos		-	4.531.971,94	3.071.413,43	3.069.660,14	498.523,57	963.788,23
TOTAL	**17**	1.210.045,85	40.750.896,89	31.152.876,08	30.746.747,91	589.908,69	10.624.286,14

PROCESSADOS /NÃO PROC LIQUIDADOS	NE	INSC EM EX. ANT.	INSCR. EM 31.12.21	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
Despesas Correntes		73.371.847,40	17.775.375,68	5.849.069,47	-	85.298.153,61
Pes/Enc. Sociais		-	6.065.303,42	4.441.128,70		1.624.174,72
Outras Despesas Correntes		73.371.847,40	11.710.072,26	1.407.940,77	-	83.673.978,89
Despesas de Capital		80.774,79	22.412,35	-	-	103.187,14
Investimentos		80.774,79	22.412,35	-	-	103.187,14
TOTAL	**17**	73.452.622,19	17.797.788,03	5.849.069,47	-	85.401.340,75

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com àquelas efetivamente realizadas é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário neste Órgão.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 14 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam suas previsões atualizadas e isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, competência esta da Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal SEAFI/SOF (Portaria nº 04, de 31 de maio de 2019 – DOU – Seção 01 nº 28) do Ministério da Economia. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas impropriedades e manifestou a intenção de ajustá-las, conforme se observa na mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

NOTA 15 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

O déficit de arrecadação do STJ, presente no Balanço Orçamentário, decorre do fato de o Tribunal não ser órgão arrecadador de receita. Os recursos das custas judiciais (receita arrecadada por esta Corte) são materialmente irrelevantes frente às necessidades de manutenção (pessoal, material, serviços) do órgão. Por essa razão, o STJ é mantido com recursos oriundos das mais diversas atividades do Estado, que são disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao longo do exercício, observando os limites dispostos na Lei Orçamentária Anual, tendo em vista os recursos arrecadados serem controlados em conta (caixa) única por aquele órgão.

NOTA 16 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1. O Orçamento disponibilizado para esta Corte na Lei Orçamentária Anual de 2022 (Lei 14303/2022) é de R$ 1.809.298.602,00 conforme se pode observar no sistema SIAFI, conta contábil 52211.01.01 e no Balanço Orçamentário constante da página anterior, representando aproximadamente 7,42% a mais que a dotação aprovada no exercício anterior.

- 2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, são

integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do Art. 32 da Lei nº 14.194/2021 - LDO.

3. As movimentações externas de crédito até o momento são enquadradas como destaques recebidos, em sua maioria para pagamento de precatórios e RPVs, e destaques concedidos a outros órgãos, na sua maior parte em virtude da ocupação de parte das dependências do CJF pela ENFAM e de parte dos imóveis funcionais do Senado por ministros deste STJ. Ambas somam, respectivamente, R$ 146.318.257,47 e R$ 573.091,98. Houve provisões concedidas para Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM no valor total de R$ 14.226.806,00.

- 4. Em 2022, até o presente momento, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento.

- 5. O Anexo VIII demonstra a evolução da execução orçamentária detalhada da UO 11101 registrada na LOA de 2022.

NOTA 17 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro "Execução dos Restos a Pagar não Processados", a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31.12.2021 totalizou R$ 41.960.942,74 dos quais cerca de 73,27% foram pagos e aproximadamente 1,92% cancelados. Dos empenhos pagos, destaca-se o valor de R$ 20.817.230,13 referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores deste STJ (ver Empenho 2021NE000033). No quadro "Execução dos Restos a Pagar Processados e não Liquidados", evidencia-se o valor de R$ 1.835.303,61, Empenho 2015NE000342, ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 07171299/0001-96 referente ao Contrato STJ 14/2015, Processo STJ 10627/2015 e R$ 70.438.247,72, Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada. No decorrer do exercício a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar são monitorados conforme instruções nos Processos STJ 18218/2020 e 117/2021.

Foram inscritos em restos a pagar, processados e não processados, no encerramento do exercício anterior, o total de R$ 58.548.684,92 assim distribuídos: Grupo 3.1.0.0.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais (R$ 6.065.303,42) Grupo 3.3.0.0.00.00 – Outras Despesas Correntes (R$ 47.928.997,21) e Grupo Investimentos 4.4.0.0.00.00 – Investimentos (R$ 4.554.384,29). Os restos a pagar reinscritos, não processados e processados, foram respectivamente R$ 1.210.045,85 e R$ 73.452.622,19.

A Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 55 dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, dentre outras informações, àquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, às empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. Os demonstrativos desta Corte podem ser consultado no endereço http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral .

IV – 4) BALANÇO FINANCEIRO

É o demonstrativo contábil no qual se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

DOS INGRESSOS

DESCRIÇÃO	NE	2022 (R$)	2021 (R$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		10.607.218,32	10.734.247,01
Vinculadas		10.629.435,32	10.760.603,19
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		10.629.435,32	10.760.525,63
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-22.217,00	-26.356,18
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		695.145.693,03	638.167.132,28
Resultantes da Execução Orçamentária		695.081.092,97	638.091.855,28
Cota Recebida		694.483.410,91	632.570.515,79
Repasse Recebido		15.884,47	18.072,29
Independentes da Execução Orçamentária		64.600,06	75.277,00
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	**18**	863.519.356,81	717.823.244,41
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.395.794,68	683.349,78
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		856.479.494,91	711.524.721,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		396.628,24	330.273,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários		5.247.438,98	5.284.899,61
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		373.294.689,09	292.177.885,69
Caixa e Equivalentes de Caixa		373.294.689,09	292.177.885,69
TOTAL		**1.942.566.957,25**	**1.658.902.509,39**

DOS DISPÊNDIOS

DESCRIÇÃO	NE	2022 (R$)	2021 (R$)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		1.345.503.831,20	1.212.634.003,74
Ordinárias		1.072.865.257,73	933.922.395,02
Vinculadas		272.638.573,47	278.711.608,72
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		72.975.933,61	90.512.473,66
Resultantes da Execução Orçamentária		57.060.620,37	74.421.799,69
Repasse Concedido		306.425,32	479.302,64
Sub-repasse Concedido		14.226.806,00	10.710.870,60
Independentes da Execução Orçamentária		15.915.313,24	16.090.673,97
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		36.991.988,44	25.101.897,98
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		5.849.069,47	1.402.354,65
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		30.746.747,91	23.346.672,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		393.958,95	342.888,70
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	**19**	487.095.204,00	330.654.134,01
Caixa e Equivalentes de Caixa		487.095.204,00	330.654.134,01
TOTAL		**1.942.566.957,25**	**1.658.902.509,39**

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 18 – RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

O valor informado neste item do Balanço Financeiro é quase todo ele composto pelo valor de R$ 856.479.494,91 que, embora consignado como restos a pagar não processados, diz respeito aos empenhos emitidos pelo STJ no exercício corrente e que ainda não foram liquidados. Tal informação no Balanço Financeiro como 'Ingresso Extraorçamentário' serve apenas para equilibrar o saldo total entre os quadros 'INGRESSOS' e 'DISPÊNDIOS', já que este órgão ainda não recebeu a totalidade dos recursos financeiros consignados na Lei Orçamentária Anual - LOA, fato este que será equalizado no decorrer do exercício com o envio gradual a esta unidade gestora das cotas financeiras efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

NOTA 19 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo informado, no valor de R$ 487.095.204,00, refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Registre-se que o montante de recursos financeiros recebidos no decorrer do Exercício de 2022 corresponderá ao total da dotação atualizada para este STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual – LOA, incluindo os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar.

IV – 5) DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	**119.367.997,12**	**41.090.368,28**
		2022 (R$)	2021 (R$)
INGRESSOS	**20**	711.396.978,57	654.516.552,12
Receita Tributária		10.477.560,91	10.599.726,58
Receita de Serviços		3.944,12	3.749,65
Outras Receitas Derivadas e Originárias		125.713,29	130.770,78
Outros Ingressos das Operações		700.789.760,25	643.782.305,11
Ingressos Extraorçamentários		396.628,24	330.273,22
Transferências Financeiras Recebidas		695.145.693,03	638.167.132,28
Arrecadação de Outra Unidade		5.247.215,68	5.284.899,61
DESEMBOLSOS		-592.028.981,45	-613.426.183,84
Pessoal e Demais Despesas		-461.171.893,67	-479.433.872,44
Judiciário		-315.695.701,46	-328.791.473,03
Previdência Social		-141.800.400,17	-142.328.172,90
Encargos Especiais		-3.675.792,04	-8.314.226,51
Transferências Concedidas		-57.484.983,11	-43.126.966,75
Intragovernamentais		-57.484.983,11	-43.126.966,75
Outros Desembolsos das Operações		-73.372.104,67	-90.865.344,65
Dispêndios Extraorçamentários		-393.958,95	-342.888,70
Transferências Financeiras Concedidas		-72.975.933,61	-90.512.473,66
Demais Pagamentos		-2.212,11	-9.982,29
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-5.567.482,21	-2.614.119,96
		2022 (R$)	2021 (R$)
DESEMBOLSOS		-5.567.482,21	-2.614.119,96
Aquisição de Ativo Não Circulante		-3.369.867,03	-471.831,70
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.197.615,18	-2.142.288,26
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		113.800.514,91	38.476.248,32
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		373.294.689,09	292.177.885,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		**487.095.204,00**	**330.654.134,01**

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Em **abril** de 2022, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo o valor de R$ 113.800.514,91. Esse resultado somado à rubrica "Caixa e Equivalente de Caixa Inicial" do exercício, no valor de R$ 373.294.689,09, revelou um montante de R$ 487.095.204,00. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica "Caixa e Equivalente de Caixa" do Balanço Patrimonial (BP) e no "Saldo para Exercício Seguinte", apurado no Balanço Financeiro (BF), salientando que boa parte do valor da rubrica "Caixa e Equivalente de Caixa" é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar. Até o presente período, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 20 – INGRESSOS

Consta desta parte do demonstrativo o registro das receitas derivadas e originárias relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito deste Tribunal quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007), bem como as cotas financeiras recebidas até a presente data, no decorrer do exercício, para custear a execução orçamentária deste Órgão.

ANEXOS

ANEXO I
RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	ABRIL/2022 (R$)	%
0100 - Recursos Ordinários	366.070.790,36	75,3401%
0127 - Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	4.402.987,75	0,9062%
0144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	70.438.247,72	14,4967%
0150 - Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	5.371.610,06	1,1055%
0151 - Recursos Livres da Seguridade Social	32.128.280,91	6,6122%
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	72.431,97	0,0149%
0169 - Contrib. Patronal P/ Plano Segurid. Soc. Serv.	5.514.684,73	1,1350%
0175 - Taxas por Serviços Públicos	1.151.310,90	0,2369%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,1525%
TOTAL	**485.891.145,30**	**100,000%**

ANEXO II
RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO - RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ ABRIL DE 2022 (R$)				DEZ/2021 (R$)	%
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	VAR 2022/2021
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	221.369,24	221.369,24	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivos e Munições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	278.646,61	278.646,61	0,00	0,00	0,00%
Material Farmacológico	7.406,18	7.406,18	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	33.210,00	3.607,18	38.463,12	8.860,30	334,11%
Material Químico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Educativo e Esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	0,00	0,00	84,50	84,50	0,00%
Material para Expediente	7.970,12	25.900,22	195.818,80	213.748,90	-8,39%
Material de Processamento Dados	9.293,50	48.892,06	112.934,10	152.532,66	-25,96%
Material de Acondicionamento e Embalagem	122,40	8.466,71	51.718,36	60.062,67	-13,89%
Material de Cama, Mesa e Banho	2.337,70	2.337,70	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	24.414,52	30.586,26	46.305,51	52.477,25	-11,76%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	64.633,42	84.863,70	257.405,16	277.635,44	-7,29%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	6.361,40	6.361,40	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	348.561,42	264.874,22	492.134,39	408.447,19	20,49%
Material para Manutenção de Bens Móveis	235.759,99	70.717,26	235.819,26	70.776,53	233,19%
Material Elétrico e Eletrônico	939.584,56	342.521,58	1.464.666,06	867.603,08	68,82%
Material de Proteção e Segurança	12.230,75	1.059,55	14.168,05	2.996,85	372,76%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	19,50	125,77	1.251,56	1.357,83	-7,83%
Material para Comunicações	187.740,75	52.122,53	1.069.078,73	933.460,51	14,53%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	26.779,39	76.167,92	35.110,21	84.498,74	-58,45%
Material para Manutenção de Veículos	53.567,78	53.567,78	0,00	0,00	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	0,00	371,74	7.909,36	8.281,10	-4,49%
Ferramentas	1.955,20	2.362,40	8.714,05	9.121,25	-4,46%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	0,00	0,00	288,96	288,96	0,00%
Material Bibliográfico	76.864,71	76.864,71	0,00	0,00	0,00%
Material Para Divulgação	8.796,00	8.796,00	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	0,00	0,00	3.292,58	3.292,58	0,00%
TOTAL	**2.549.125,14**	**1.669.917,22**	**4.034.734,26**	**3.155.526,34**	**27,86%**

ANEXO III
RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ MARÇO DE 2022 (R$)				DEZ/2021 (R$)	VAR(%) 22/21
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVAL	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SALDO FINAL	SALDO FINAL	%
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	0,00	0,00	65.558,08	65.558,08	0,00%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	0,00	0,00	4.822.378,09	4.822.378,09	0,00%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	0,00	0,00	624.855,07	624.855,07	0,00%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	10.420,66	10.420,66	0,00%
Aparelhos Domésticos	243.528,76	0,00	970.817,97	727.289,21	33,48%
Armamentos	0,00	0,00	286.934,41	286.934,41	0,00%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	0,00	808.754,00	808.754,00	0,00%
Equipamentos de Segurança	0,00	9.842,55	3.995.292,49	4.005.135,04	-0,25%
Equip Industrial	26.407,00	0,00	26.407,00	0,00	100,00%
Equipamentos Energéticos	99.440,00	0,00	806.084,19	706.644,19	14,07%
Equipamentos Gráficos	0,00	0,00	60.567,19	60.567,19	0,00%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	703.234,09	0,00	13.305.717,54	12.602.483,45	5,58%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	0,00	0,00	57.819,03	57.819,03	0,00%
Material TIC	10.254,00	0,00	21.505.002,38	21.494.748,38	0,05%
Máquinas de escritório	0,00	0,00	198.172,46	198.172,46	0,00%
Ativos de rede*	0,00	0,00	6.026.542,32	6.026.542,32	0,00%
Máquinas de oficina	0,00	0,00	109.981,53	109.981,53	0,00%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	0,00	704.395,71	704.395,71	0,00%
Computadores*	1.786.997,08	0,00	2.303.228,64	516.231,56	346,16%
Mobiliário em Geral	492.294,47	0,00	7.083.651,15	6.591.356,68	7,47%
Servidores (Storage)*	0,00	0,00	11.301.239,86	11.301.239,86	0,00%
Obras de Arte	0,00	0,00	416.972,01	416.972,01	0,00%
Impressoras*	0,00	0,00	92.135,01	92.135,01	0,00%
Telefonia	0,00	0,00	1.165.783,98	1.165.783,98	0,00%
Veículos Diversos	3.410,00	0,00	242.379,45	238.969,45	1,43%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	0,00	46.258,00	11.143.754,45	11.190.012,45	-0,41%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
TOTAL	**3.365.565,40**	**56.100,55**	**88.147.064,67**	**84.837.599,82**	**3,901%**

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta Material de TIC

ANEXO IV

Bens em Poder de Terceiros	Valor de Entrada (R$)	Valor Liq Contábil (R$)
Sala da AGU	8.928,98	2.754,23
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	6.227,86
Sala da Engemil	431.089,38	73.257,48
Sala da Gráfica Digital	238.119,73	81.630,89
Sala da RCS Tecnologia	125.782,91	68.439,57
Sala da Staefa	45.499,68	16.794,32
Sala dos Estoquistas	67.248,21	25.139,64
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Comércio e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,35	32.900,57
Estúdio Fotográfico	321.086,59	135.007,25
GSI Serviços Especializados Ltda	37.168,32	10.185,21
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.742.828,00	832.503,39
Restaurante	896.876,38	150.004,79
Total	**7.968.233,35**	**1.434.911,99**

Cedidos a outros Órgãos	Valor Total (R$)	Valor Total Geral (R$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Seção Judiciária de Alagoas – TRF5	86.967,60	83.054,13
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	31.463,25
Total	**460.917,60**	**121.876,40**

Em processo de Localização	Valor de Entrada (R$)	Valor Liq Contábil (R$)
Diversos	**49.607,95**	**6.879,33**

Termos de Cessão de Uso	Receitas (abril)
Sicoob Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018	R$ 6.848,81
Banco Santander - Termo de Cessão de Uso 02/2017	R$ 50.688,91
Banco do Brasil - Termo de Cessão de Uso 04/2017	R$ 97.344,84
Banco Bradesco - Termo de Cessão de Uso 03/2017	R$ 49.771,00
Banco Itaú/Unibanco – Termo de Cessão de Uso 02/2020	R$ 935,58
Caixa Econômica Federal - Termo de Cessão de Uso 02/2016	R$ 36.023,51
ECT - Termo de Cessão de Uso 01/2017	R$ 3.354,83
ASAJUS - Termo de Cessão de Uso 01/2018	R$ 1.071,04
UNICEUB - Termo de Cessão de Uso 15/2019	R$ 2.326,97
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 04/2015	R$ 3.727,81
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	R$ 1.000,00
Decolando – Termo de Cessão de Uso 05/2020	R$ 547,50
Telefônica Brasil S.A. – Termo de Cessão de Uso 01/2019*	-
OI Móvel S.A. – Termo de Cessão de Uso 02/2019*	-

TIM S.A. – Termo de Cessão de Uso 03/2019*	-
Americel S.A. – Termo de Cessão de Uso 04/2019*	-
Total	R$ 253.640,80

* Até o momento não foram apresentados valores pela unidade gestora.

ANEXO V
DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	ABRIL/2022 (R$)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	337.020.147,51
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.097.044,98
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	1.721.043,23
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.312.995,81
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.612.916,64
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	71.853.019,3
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.462.027,37
TOTAL		417.079.194,84

ANEXO VI
TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

R$

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.*	SALDO REPASSADOS**	SD ATUAL A REP
ED1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	300.000,00	0,00
ED1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado em Direito para Servidores do STJ	2.267.094,08	566.400,71	1.700.693,37
ED1AAHYB	STJ-STF 02/2022 TV Justiça	59.646,65	11.929,33	47.717,32
ED1AAIEP	STJ-SF 03/2022 Biblioteca Digital STJ p/ Senado Federal	144.630,00	28.926,00	115.704,00
ED1AAIFY	STJ-FUB 01/2022 Capacitação/Mestrado	800.000,00	0,00	800.000,00
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	76.747,00	33.386,43	43.360,57
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	529.937,48	610.062,52
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	1.566.812,35	374.379,38
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	1.575.982,80	1.164.476,20	411.506,60
TOTAL		8.305.292,26	4.201.868,50	4.103.423,76

*Valores Firmados (71221.02.01)
**Saldo Repassados (81221.02.02 + 81221.02.03).

ANEXO VII
Passivos de Precatórios 02.07.2021 – 31.12.2021

UG	Denominação/Doc SIAFI		Saldo (R$)
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	2021PA000571	129.246,48
170013	Ministério da Economia	2021PA000573	182.279,14
110407	Ministério da Defesa	2021PA000574	432.054,38
170013	Ministério da Economia	2021PA000575	60.005.996,29
250088	Ministério da Saúde	2021PA000576	885.272,03
170013	Ministério da Economia	2021PA000577	5.217.268,10
170013	Ministério da Economia	2021PA000578	751.228,25

Passivos de Precatórios – LOA 2022

UG	Denominação/Doc SIAFI		Saldo (R$)
110060	Advocacia Geral da União – AGU	2021PA000271	663.212,30
113802	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS	2021PA000272	1.484.154,50
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	2021PA000273	105.836,80
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social	2021PA000274	770.596,17
170013	Ministério da Economia	2021PA000275	32.812.771,44
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	2021PA000276	1.685.066,35
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	2021PA000277	13.546.017,36
240102	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações	2021PA000278	2.054.236,02
110407	Ministério da Defesa	2021PA000279	29.973.969,79
772001	Marinha	2021PA000282	241.737,64
150014	Ministério da Educação	2021PA000283	153.807,85
170013	Ministério da Economia	2021PA000284	68.347,14
200094	Ministério da Justiça	2021PA000285	6.419.218,67
330002	Ministério do Trabalho e Previdência Social	2021PA000286	2.222.151,11
250088	Ministério da Saúde	2021PA000287	13.262.525,58
440002	Ministério do Meio Ambiente	2021PA000289	71.526,56
400042	Ministério do Trabalho e Emprego (Extinto)	2021PA000291	31.894,06
390002	Ministério da Infraestrutura	2021PA000292	1.097.594,89
173039	Superintendência de Seguros Privados	2021PA000293	307.748,53
154046	Universidade Federal de Ouro Preto	2021PA000294	460.464,26
170013	Ministério da Economia	2021PA000297	118.303.203,98
170013	Ministério da Economia	2021PA000424	645.674.619,78
170013	Ministério da Economia	2021PA000425	6.639.602,15
120002	Aeronáutica	2021PA000440	1.140.676,18

ANEXO VIII
EXECUÇÃO DA LOA 2022

TOTAL AUTORIZADO			R$ 1.684.375.322,00
	PREVISTO (R$)	EXECUTADO (R$)	SD EXEC %
PROGRAMA			
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário	1.804.655.036,00	469.329.597,15	26,01%
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	171.688,00	18.180,00	10,59%
0999 - Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%
FUNÇÃO			
02 – Judiciária	1.395.238.665,00	327.733.118,37	23,49%
09 - Previdência Social	409.416.371,00	141.596.478,78	34,58%
28 - Encargos Especiais	171.688,00	18.180,00	10,59%
99 - Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%
SUBFUNÇÃO			
061 - Ação Judiciária	429.898.483,00	40.755.687,38	9,48%
122 - Administração Geral	700.525.651,00	226.123.374,88	32,28%
128 - Formação de Recursos Humanos	14.226.806,00	938.777,64	6,60%
272 - Previdência do Regime Estatutário	409.416.371,00	141.596.478,78	34,58%
301 - Atenção Básica	116.139.670,00	19.186.637,59	16,52%
846 - Outros Encargos Especiais	134.619.743,00	40.746.820,88	30,27%
999 - Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%
GRUPO DE DESPESA			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.250.220.250,00	407.828.721,15	32,62%
3 - Outras Despesas	490.254.912,00	59.021.233,93	12,04%
4 – Investimentos	75.492.025,00	2.497.822,07	3,31%
9 - Reserva de Contingência	-	-	0,00%

FONTE POR GRUPO DE DESPESA

Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST	9 – RES	TOTAL	EXECUTADO	%
100	266.232.242,37	42.827.167,21	2.497.822,07	0,00	1.289.902.569,00	311.557.231,65	24,15%
127	0,00	9.594.391,47	0,00	0,00	42.470.802,00	9.594.391,47	22,59%
150	0,00	0,00	0,00	0,00	11.339,00	0,00	0,00%
151	0,00	6.599.675,25	0,00	0,00	201.448.741,00	6.599.675,25	3,28%
156	0,00	0,00	0,00	0,00	98.948.553,00	0,00	0,00%
169	141.596.478,78	0,00	0,00	0,00	182.808.665,00	141.596.478,78	77,46%
175	0,00	0,00	0,00	0,00	376.518,00	0,00	0,00%
300	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	407.828.721,15	59.021.233,93	2.497.822,07	0,00	1.815.967.187,00	469.347.777,15	25,85%

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, a saber, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/20/2018), **relativas à abril de 2022**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – Órgão 11000.

Brasília, 18 de maio de 2022.

Alanclei Barros
CONTADOR
CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico

Gabriel de Araújo Sobrinho
José Jorge de Lima Neto
Vanôres Ferreira da Silva Júnior

Ao Ordenador de Despesas,

Encaminhamos para ciência, análise e eventuais considerações as Demonstrações Contábeis da UG 050001, acompanhadas de notas explicativas e a declaração do Contador, tendo **abril** como mês de referência.

Desconhecendo restrições contábeis para o período analisado, **não emitiremos quaisquer recomendações de ajustes.**

Respeitosamente,

Alanclei Barros

Chefe da Seção de Conformidade e Orientação Contábil

18.05.2022